

DIFERENTES OLHARES SOBRE AS REDES DE APOIO PARENTAL E SOCIAL MOBILIZADAS PELAS FAMÍLIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Data de aceite: 02/06/2023

Carla Cassiana Lima de Almeida Ribeiro

Cláudia Paranhos Portela

Iane Oliveira Cardim

A chegada de uma criança com deficiência ou com algum transtorno, no âmbito familiar, requer um processo de adaptação das pessoas envolvidas a uma nova realidade. Desse modo, os apoios recebidos pela família, seja no âmbito parental e/ou social, podem ser determinantes nesse processo. Leo Buscaglia (1993, p. 20) afirma que o ajustamento a esta realidade pode exigir-lhe uma drástica mudança em seu modo de vida, na profissão, nas esperanças para o futuro e nos planos para alcançar seus objetivos.

Sobre a presença de uma pessoa com deficiência no âmbito familiar, Cláudia Paranhos de Jesus Portela (2014, p.213) afirma que:

As relações familiares não se mostram

suficientes para darem conta das demandas advindas da situação. A necessidade de busca de apoio por essas famílias se expande muito frequentemente indo além da solidariedade familiar, incluindo aí a entreatjada entre vizinhos, amigos e colegas de trabalho. Nesse contexto, também se inclui a busca de apoio junto a especialistas/profissionais e, em muitos casos, ajudas espirituais, através de solidariedades criadas em igrejas e templos de diversas denominações religiosas.

Os desafios vivenciados por essas famílias iniciam com o diagnóstico e se estendem ao longo da vida. Aqui, destacamos as inúmeras decisões que terão que tomar em relação ao acesso à escola do sujeito com deficiência. Esse processo de tomada de decisão é permeado por incertezas e sentimentos

diversos, em torno do atendimento que será oferecido ao filho com deficiência ou com algum transtorno.

O paradigma da inclusão implica garantia do direito de todos os sujeitos de serem partícipes na sociedade de que fazem parte, bem como de serem aceitos e respeitados nas suas diferenças. Por conseguinte, a Educação Inclusiva representa o caminho para a concretização desse modelo. Por sua vez, a realização de projetos de extensão que tenham como foco a discussão sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência ou com transtornos, tornam-se necessários e relevantes.

Nesse contexto emergiu o projeto de extensão *Escola e famílias a caminho da inclusão*, desenvolvido pelo EDUCID, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objetivo do programa é fomentar ações que promovam a relação dialógica entre a escola e as famílias de estudantes da Educação Especial para o fortalecimento da participação dessas famílias e de práticas pedagógicas inclusivas. Foram realizados 03 (três) encontros denominados “diálogos formativos,” abordando as seguintes temáticas: (i) Escola e Famílias: desafios e possibilidades na inclusão; (ii) Escola e Famílias: práticas pedagógicas inclusivas; (iii) Redes de apoio: a importância da contribuição parental e social para familiares e estudantes da educação especial inclusiva.

Com o entendimento de que os apoios mobilizados pelas famílias de estudantes com deficiência ou com algum transtorno assumem papéis importantes no processo de adaptação familiar, o terceiro diálogo formativo, objeto deste relato de experiência, emerge do seguinte problema: de que maneira as redes de apoio parental e social mobilizadas pelas famílias de estudantes com deficiência influenciam no processo de inclusão escolar? Assim, o nosso propósito no terceiro diálogo formativo foi discutir a influência de redes de apoio parental e social mobilizadas pelas famílias de estudantes com deficiência no processo de inclusão escolar.

No que diz respeito ao apoio teórico de estudos especializados na temática ora abordada, tomamos como referência os estudos e as produções de Claudia Paranhos Portela (2014) e Paula Brignol (2015), sobre redes de apoio. De Rosana Glat e Maria Auxiliadora T. Duque (2003), Luis de Miranda Correia (2008) e Gema Paniagua, (2004) seus estudos sobre as especificidades das famílias de pessoas com deficiência e Rosita Edler de Carvalho (2016) sobre Educação Inclusiva. Os escritos desses autores estiveram subsidiando a realização do diálogo formativo, bem como a exposição no presente texto.

DESENVOLVIMENTO

O nascimento de uma criança é um evento que naturalmente modifica a dinâmica de funcionamento no âmbito familiar. Quando a criança possui deficiência, as mudanças

são mais intensas. Glat e Duque (2003), Luís de Miranda Correia (2008), Paniagua, (2004) afirmam que essas transformações podem gerar crises, situações de insegurança e incerteza. Afirmam, ainda, que as famílias vivenciam um ciclo de adaptação que se inicia com o diagnóstico da deficiência, a saber: Choque - é o momento quando a família é informada sobre a deficiência; (ii) Negação - fase em que a família passa a negar o diagnóstico médico. (iii) Reação - período no qual a família começa a perceber que não está tão impotente diante da situação; (iv) Adaptação e orientação - finalmente, a família chega a um estágio de calma emocional, buscando, de modo prático e realista, os caminhos para ajudar a criança.

Ainda que essas etapas sejam comuns, as famílias vivenciam de modo próprio e em tempo variável em cada contexto. Todavia, quanto mais rápido for alcançada a fase da aceitação, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento das crianças com deficiência, na medida em que a família irá viabilizar sua inserção no meio social e educacional.

Sendo a família a primeira instituição no processo de socialização e desenvolvimento das crianças, em especial das que possuem deficiência, sua efetiva participação torna-se imprescindível. Nesse contexto, Geraldo Antônio Fiamenghi Júnior e Alcione Aparecida Messa (2007, p.243) afirmam que:

[o]s pais se sentem despreparados para lidar com o evento da deficiência. A busca por informações sobre as peculiaridades do quadro clínico e os cuidados inerentes à condição se fazem necessários, e eles precisam entender e aprender a lidar com um novo corpo de conhecimento relacionado ao diagnóstico e ao sistema de apoio disponível.

Após a descoberta da deficiência, a família passa a vivenciar momentos de incerteza em relação à condição de desenvolvimento da criança. É neste momento que se destaca a necessidade de redes de apoio que possam auxiliá-la na compreensão da deficiência, bem como apoiá-la na busca por oportunidades de desenvolvimento e inserção social.

Em alguns estudos realizados no Brasil sobre as famílias de pessoas com deficiência identificamos a existência de redes de apoio parental e social (BRIGNOL, 2015; PORTELA, 2014). Brignol (2015) define rede de apoio como estrutura a partir da qual advém o apoio social, ou seja, é o conjunto dos vínculos e seus papéis relacionados aos indivíduos, quer por laços de parentesco, amizades, ambiente profissional ou serviços de saúde. A partir dessa definição, encontramos nos estudos de Portela (2014), informações sobre a constituição das redes de apoio formadas por redes de parentesco, redes especializadas, simbólicas e religiosas.

A rede de apoio parental é constituída por parentes consanguíneos e afins. Os parentes consanguíneos possuem laços carnis: pai, mãe, irmãos, tios, tias, primos, avós e avôs. Os parentes afins são aqueles que não provêm de laços de sangue: enteados(as), padrasto, madrasta, cunhados(as), concunhados(as), compadres, comadres, sogro(a),

genro, nora, ou qualquer outro agregado familiar. A referida autora ainda destaca que fazem parte das redes de apoio social os sujeitos que prestam ajuda regular ou frequente à família da pessoa com deficiência, a exemplo dos amigos e vizinhos, serviços de saúde, serviços educacionais, especialistas e demais profissionais. As redes religiosas, formadas por igrejas ou relação individual com o sagrado (orações, devoções), estão igualmente presentes.

Na busca pelo conhecimento e entendimento no âmbito da deficiência, a primeira rede mobilizada pela família é a de apoio à saúde. Essa rede foi instituída por meio da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, através da Portaria Ministerial nº 1.060, de 5 de junho de 2002, com o propósito de

reabilitar a pessoa portadora de deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano - de modo a contribuir para a sua inclusão plena em todas as esferas da vida social - e proteger a saúde deste segmento populacional, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências (p.45).

Como desdobramento da referida política, foi criada a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. O objetivo, dentre outros, é o de ampliar o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva, ou estável, intermitente ou contínua.

As diretrizes que norteiam o funcionamento da Rede de Cuidados, segundo a portaria nomeada anteriormente (Portaria nº 793/2012), estão apresentadas nos seguintes termos: (i) respeito aos direitos humanos, com garantia de autonomia, independência e de liberdade às pessoas com deficiência para fazerem as próprias escolhas; (ii) promoção da equidade; (iii) promoção do respeito às diferenças e aceitação de pessoas com deficiência, com enfrentamento de estigmas e preconceitos; (iv) garantia de acesso e de qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; (v) atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; (vi) diversificação das estratégias de cuidado; (vii) desenvolvimento de atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania; (viii) ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares; (ix) organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado; (x) promoção de estratégias de educação permanente; (xi) desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular; (xii) desenvolvimento de pesquisa clínica e inovação tecnológica em reabilitação, articuladas às ações do Centro Nacional em Tecnologia Assistiva.

Essas diretrizes, dentre outras questões, sugerem a proposição de ações que contribuam com o processo de inclusão social de pessoas com deficiência, bem como o reconhecimento e valorização das diferenças individuais de cada sujeito.

No processo de construção do sujeito como ser social, outras instituições se agregam à família com a finalidade de contribuir com a sua socialização e formação, a exemplo da escola. Essas duas instituições assumem papéis complementares, ainda que distintos e comungam da função de contribuir com a formação dos sujeitos, para a sua atuação social, na perspectiva cidadã.

METODOLOGIA

O terceiro diálogo formativo, conteúdo deste relato de experiência, foi realizado nos meses de setembro e outubro de 2021, por meio da plataforma digital *Streamyard* e compartilhado pelo canal UNEB TV/*Youtube*, em formato *live*. O diálogo sobre as redes de apoio, mobilizadas pelas famílias no processo de inclusão escolar, foi mediado por duas pesquisadoras do grupo de pesquisa EDUCID, com a participação de: (i) uma mãe de estudante com transtorno do espectro autista (TEA), matriculado em escola pública na cidade de Salvador; (ii) uma profissional da área de assistência social com experiência em atendimento a pessoas com deficiência; (iii) uma professora universitária, pesquisadora na área de família, educação especial e inclusiva. Estiveram presentes na *live*, famílias de pessoas com deficiência, profissionais da Educação Básica, estudantes do Ensino Superior e demais pessoas interessadas na temática em discussão.

A exposição da temática foi realizada por cada convidada, considerando o seu contexto de referência e experiência com as redes de apoio familiar, possibilitando interação com os participantes, através do chat. Essa dinâmica contribuiu para que se obtivesse visão mais ampla sobre as redes de apoio às famílias de pessoas com deficiência.

DISCUSSÃO

O diálogo formativo denominado “Redes de apoio: a importância da contribuição parental e social para familiares e estudantes da educação especial inclusiva” discutiu a influência de redes de apoio parental e social. Tratam-se de ações mobilizadas pelas famílias de estudantes com deficiência no processo de inclusão escolar, sob a ótica da família, do profissional da área de assistência social e da pesquisadora da área de educação especial e inclusiva.

Na perspectiva da família, ora representada por uma mãe de estudante com TEA, o primeiro contato com as redes de apoio social ocorreu antes da suspeita sobre a existência de deficiência e/ou transtorno. Por mediação da escola foram identificados os indícios de comportamento atípico, bem como a realização dos encaminhamentos para a área de saúde. Destacou, ainda, a genitora, que a rede de apoio à saúde foi mobilizada

com o objetivo de esclarecer os fatores que justificassem o comportamento atípico do filho e contribuir com o seu desenvolvimento, notadamente na área da linguagem. Ainda que houvesse um acompanhamento sistemático com especialistas da área de saúde, o diagnóstico de transtorno do espectro autista só foi finalizado após 2 (dois) anos do acesso a essa rede. Para a mãe, “[...] a falta de diagnóstico é uma das várias aflições que os pais de autistas vivenciam[...]”. O que a mãe relata vai ao encontro da análise de Paniagua (2004, p. 333) segundo a qual

[c]ompreender que um filho tem uma deficiência é um processo que vai além do mero conhecimento do fato. Como qualquer acontecimento doloroso, a assimilação dessa situação leva um tempo e, em alguns casos, nunca chega a ser completa. O processo foi comparado ao que ocorre com a perda de um ente querido e, de fato, as etapas que os pais trilharam até a aceitação da deficiência do filho são muito similares às do luto.

O pensamento da autora se aproxima plenamente do relato da mãe, na altura em que ambas afirmam que após o diagnóstico de TEA surgiram os mais diversos sentimentos e questionamentos, na busca por alguma razão que justificasse a condição do filho: “[...] a família não entende no início e começa a apontar, a questionar o que foi feito durante a gravidez para que o fato acontecesse, como se fosse culpa de alguma coisa, apontando inclusive o excesso de trabalho como causa. Ninguém tinha conhecimento, pois foi o primeiro caso na família [...]” (Relato da mãe, 2021).

Para Portela (2021), diante de tantas incertezas em relação ao futuro dos(as) filho(as) os pais precisam de conhecimentos teóricos sobre a deficiência, bem como estabelecer redes de apoio para criar possibilidades de inserção em outros espaços, em contato com outras pessoas, buscando executar e/ou realizar esse projeto de vida. Nessa direção, a mãe relata: “[...] depois do choro veio a luta por informações e por especialistas que pudessem contribuir com o desenvolvimento do filho [...]”. Em face dessas considerações, importa sinalizar que as redes de apoio foram determinantes para a compreensão do comportamento e características inerentes a pessoas com TEA e na realização de terapias.

É inquestionável a importância da escola no processo de acolhimento, socialização e desenvolvimento de todos os sujeitos, notadamente dos que possuem deficiência. A organização do trabalho pedagógico, as condições de acessibilidade e a formação dos profissionais para atender às necessidades específicas de cada sujeito, constituem-se em fatores determinantes no processo de inclusão escolar. As primeiras experiências vivenciadas pela família no âmbito escolar, consoante o relato da mãe, evidenciam dentre outras questões: (i) ausência de apoio no colégio; (ii) os profissionais da educação sem formação específica; (iii) inexistência do atendimento educacional especializado e/ou profissionais para o atendimento às demandas da inclusão; (iv) episódios de *bullying*.

Ainda que a escola acolha a pessoa com deficiência, faz-se necessário a implementação de ações que assegurem a permanência, o desenvolvimento e a

aprendizagem, de cada sujeito, independentemente da condição biopsicossocial. Nesse sentido, precisa construir uma proposta orientada por princípios inclusivos. Para Carvalho (2016, p.83), eles estão assim apresentados: (i) igualdade de oportunidades; (ii) respeito às necessidades individuais; (iii) melhoria da qualidade de ensino; (iv) maior participação das famílias; (v) remoção de barreiras para a aprendizagem.

Em outro momento, em meio ao relato da mãe, é apresentado o sentimento da família em relação ao processo de socialização, formação e inclusão escolar:

[a] situação acabou envolvendo outros membros da família, a exemplo de uma pessoa que é professora de Língua Portuguesa que acabou por se especializar na preparação de pessoas com deficiência para o ENEM. Também, a tia começou um curso de pedagogia e informava para a mãe a dificuldade que os professores tinham de aceitarem crianças com deficiência em sala de aula comum, pois achavam que deveriam estudar em um colégio específico, ter uma segregação, o que causou indignação. (MÃE DE ESTUDANTE COM TEA, 2021).

Percebe-se que a rede de apoio parental buscou se fortalecer, diante da ausência de ações e apoio de outras redes. Pessoas da família buscaram formação na área de Educação e de Educação Especial, a fim de contribuir com o desenvolvimento do parente com deficiência.

Paralelo ao apoio parental, a família identificou uma rede de mães de crianças e jovens com transtorno do espectro autista nas redes sociais, com a finalidade de trocar informações e orientações por meio da ajuda mútua. Segundo o depoimento da mãe “[...] a mobilização dessa grande rede foi determinante na definição dos caminhos a ser seguidos no processo de desenvolvimento e inclusão do filho com TEA [...]”. Corroborando com esse pensamento, Portela (2014, p.21) afirma que:

[o]utras redes ainda entram em jogo, constituindo-se no estabelecimento de uma dinâmica de convívio com outros pais de pessoas deficientes, colaborando não apenas com o compartilhamento de experiências, mas também possibilitando a participação numa rede “menos tensa”, uma vez que a condição semelhante dos pais os coloca na posição de “iguais”.

Ademais, o depoimento da mãe também tem respaldo no que Portela (2021) aborda em relação aos conhecimentos teóricos demandados pela deficiência. Para essa autora, a necessidade faz a família buscar formação acadêmico/científica, com vistas a entender melhor a deficiência, auxiliar seus filhos e/ou outras pessoas, podendo se constituir em redes de apoio.

Outro destaque, no relato da mãe, refere-se à oportunidade do seu filho ingressar em uma escola que oferecesse o atendimento educacional especializado e trabalhasse na perspectiva da Educação Inclusiva. Das ações desenvolvidas pela escola, a família destacou a disponibilização de recursos como tais: atividades e provas adaptadas e a flexibilização de horários.

Entendemos que, a partir do ingresso da criança no ambiente inclusivo, por meio de

um trabalho sistemático e individualizado, ampliam-se as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. Para a mãe, “[...] o trabalho é feito numa tríade: a escola, a família e os terapeutas. É um trabalho em conjunto. O que a terapeuta pede é repassado para o colégio e vice-versa [...]”.

Dessa forma, o alinhamento das ações entre escola, família e terapeutas é essencial para a produção de melhores resultados na socialização, desenvolvimento, aprendizagem, construção da autonomia e inclusão da pessoa com deficiência ou com algum transtorno. Sobre o papel da escola na aproximação com as famílias, Portela e Almeida (2009, p. 259) afirmam que:

[a] escola precisa abrir suas portas às famílias, de fato e de direito, não alimentando uma relação hierárquica e autoritária ou assumindo papel de juiz ou cobrador da família, mas, sobretudo, ampliando o espaço de participação, respeitando o desejo desta e auxiliando-a a se informar para crescer numa relação mais igualitária. Pois, só com o estabelecimento de uma relação nesse nível é que as propostas educacionais, especificamente aquelas voltadas para as pessoas com necessidades educativas especiais, relativas à formação de cidadãos, poderão se concretizar.

Outra oportunidade de análise sobre a temática do diálogo formativo deu-se com a participação de uma profissional da área de assistência social. Segundo a mesma, é primordial a participação da família no processo de busca pela identificação da deficiência ou do transtorno, acompanhamento do filho, bem como a existência de um trabalho qualificado, contínuo e sistemático realizado pela escola e equipe multidisciplinar. Caso contrário, implicará retardamento do desenvolvimento do sujeito, desestímulo e desistência em enfrentar os desafios inerentes ao processo de inclusão. São suas estas palavras:

[a] escola tem consciência da questão do direito e da questão do dever diante dessa família e diante dessa pessoa a qual está sendo matriculada. Então, nesse processo, a educação inclusiva tem um caminho importante para abranger a diversidade. A construção de uma escola que oferece uma proposta de grupo como um todo e ao mesmo tempo que atenda a necessidade de cada um, principalmente aqueles que correm risco de exclusão em termo de aprendizagem e participação em sala de aula. (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

A profissional destaca, ainda, que para a verdadeira inclusão escolar faz-se necessário a garantia da aprendizagem de todos os sujeitos, o fortalecimento da equipe escolar - em termos de formação - e a criação de uma grande rede de apoio na escola, entre alunos, docentes, gestores e família. Nesse sentido, a escola inclusiva deve oferecer uma proposta de ensino para o grupo e atender às necessidades de cada um, principalmente daqueles que correm riscos de exclusão, em termos de participação e aprendizagem em sala de aula. _

Sob a ótica de professora/pesquisadora que participou do diálogo formativo, rede de apoio são todas as pessoas, todos os grupos que decidem estabelecer contato com a família, buscando ajuda para o(a) filho(a). Para Bott, (1976, p. 299) essas redes são todas

ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato. Nessa direção, é importante destacar que as ajudas prestadas por membros das redes parental e social de apoio à família, influenciam direta ou indiretamente a pessoa com deficiência, os pais e a família como um todo, interferindo no seu bem estar e qualidade de vida.

Fazendo referências à rede de apoio parental, a professora/pesquisadora vai mais adiante, ao evidenciar que os tipos de ajuda mais solicitados pelas famílias de estudantes com deficiência estão assim descritos: (i) apoio financeiro – para custear as despesas com saúde; (ii) apoio material – comida, objetos para a casa; (iii) apoio doméstico – manutenção do domicílio; (iv) apoio moral – escuta e conselhos; (v) apoio com os cuidados ao filho. Chama ainda a atenção para o fato da intensidade da mobilização da rede de apoio parental, ao afirmar que esta é inversamente proporcional à escolaridade e à condição financeira dos pais da pessoa com deficiência. Desse modo, quanto maior for a escolaridade e a condição financeira das famílias, menor será a necessidade de mobilização da rede parental, em razão da facilidade de acessar profissionais e/ou especialistas para o acolhimento, orientação e cuidado para o(a) filho(a).

Ademais, ainda que a rede de apoio parental exerça papel de excepcional importância para os pais de crianças com deficiência ou com algum transtorno, sozinha, não é suficiente para o enfrentamento das demandas ocasionadas pela deficiência ou o transtorno, visto que as famílias precisam buscar conhecimento, informação e apoio em outras redes. Aqui destacamos os serviços dos terapeutas, especialistas e educadores, que se revelam agentes importantes no processo de cuidado e desenvolvimento da criança com deficiência ou com algum transtorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as redes de apoio mobilizadas pelas famílias de pessoas com deficiência ou com transtorno nos diversos serviços e/ou funções - contribuem com o processo de adaptação e convivência familiar, bem como com a inserção da pessoa com deficiência no meio social, potencializando a sua aprendizagem e o pleno desenvolvimento.

O diálogo formativo, conteúdo do presente relato, cumpriu o propósito de discutir a influência de redes de apoio parental e social mobilizadas pelas famílias de estudantes com deficiência no processo de inclusão escolar. Por meio dos relatos da mãe do estudante com TEA, da profissional da área de assistência social e da professora/pesquisadora foi possível realçar a importância das redes de apoio às famílias de estudantes com deficiência ou transtorno, em várias fases por elas vivenciadas, quais sejam: transição do luto, negação para a aceitação; tomada de decisão, dentre outras questões, sobre a escolarização do/da filho/filha e as demandas da inclusão escolar.

Cabe destacar que a existência de inúmeros desafios enfrentados pelas famílias

de estudantes com deficiência ou com algum transtorno na identificação e mobilização de redes de apoio sociais. A situação financeira das famílias repercute no acesso das mesmas às redes, notadamente, a rede de apoio à Saúde, razão que tem redundado em diagnóstico tardio de deficiência ou transtorno, comprometendo, assim, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Outro destaque está relacionado à melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas com deficiência ou com algum transtorno e de suas famílias, quando as redes de apoio são identificadas, mobilizadas e/ou construídas. Outro dado positivo é quando estas redes cumprem o seu papel social no acolhimento, cuidado e apoio às famílias e às pessoas com deficiência na sua aprendizagem e no desenvolvimento integral.

Em síntese, destacamos que a atividade promovida pelo grupo de pesquisa EDUCID, tanto em sua abordagem temática quanto na metodologia interativa adotada, contribuiu para o aprofundamento de conhecimentos sobre as famílias de pessoas com deficiência, as redes de apoio e o processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.060 de 05 de junho de 2002**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRIGNOL, Paula et al. Rede de apoio à pessoa com deficiência física. *Rev. Enferm. UERJ*, v. 25, 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/18758/21714>. Acesso em: 10 out. 2021.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 11.ed. Porto Alegre, 2016.

CORREIA, Luís Miranda. **Inclusão e necessidades educativas especiais**: um guia para educadores e professores. 2.ed. Portugal: Porto Editora, 2008.

FIAMENGHI JR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia, ciência e profissão**. São Paulo, SP. v. 27, p. 236-245, 2007.

GLAT, R.; DUQUE, Maria Auxiliadora T. **Convivendo com filhos especiais**: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol. 3. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus.; ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. Família e Escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais. In: DÍAZ, F.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. **Convivendo com a deficiência intelectual:** percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de Apoio. Salvador, 2014. 268f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc – Universidade do Estado da Bahia (UNEB).